

A presença húngara em São Paulo no pós Segunda Guerra Mundial

*Diogo Gil Melo da Silva**
*Sênia Regina Bastos***
*Maria do Rosário Rolfsen Salles****

Introdução

A compreensão do fenômeno migratório requer o conhecimento dos fatores que desencadeiam o fluxo na sociedade de origem e estabelece uma dinâmica que resulta na sua renovação a determinado destino. Questões econômicas, políticas e sociais na sociedade de origem justificam a emigração, mas as grandes guerras mundiais constituem fenômenos específicos, por dificultarem a permanência nos países envolvidos nesses conflitos antes, durante e após a finalização de cada conflagração.

Anteriormente à Primeira Guerra Mundial, originários sobretudo da área rural, caracterizada por graves problemas sociais e pobreza, o fluxo de húngaros para a América e vários países europeus foi estimulado pela depressão econômica na Hungria¹, cujo movimento cresce em escala geométrica, com 2.500 pessoas por ano durante o período 1876 a 1880, até atingir 110 mil pessoas por ano durante o período 1901 a 1911 (KOSA, 1957, p. 506).

A política imigratória brasileira que visava incrementar sua população, ampliar o número de trabalhadores, bem como a área territorial ocupada, constituía uma atração e durante o período 1880 a 1890 os húngaros se dirigiram, sobretudo, para a capital e interior do estado de São Paulo, bem como para Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BOGLÁR, 2000).

Precisa-se o ingresso de 56.716 húngaros durante o período 1908 a 1928, entrados principalmente pelo porto de Santos, no estado de São Paulo (BOGLÁR, 2000). Apesar das dificuldades de precisá-los na documentação oficial, pois a Hungria constituía um estado poli étnico², Vero (2003, p. 84) destaca a existência de 150 mil, sendo 30 mil radicados em São Paulo em 1933³, cifra justificável em virtude do resultado da Primeira Guerra Mundial para a Hungria.

*Aluno do curso de Comércio Internacional e Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Anhembi Morumbi

** Doutora em História (PUC/SP) e professora da Universidade Anhembi Morumbi.

*** Doutora em Sociologia (UNESP) e professora da Universidade Anhembi Morumbi.

Obrigada a assinar o pacto de Trianon em 1920, a Hungria teve cerca de dois terços de seu território incorporado à Romênia, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Áustria, o que equivaleu a dois terços de sua população assimilada a essas nacionalidades, acarretando no descontentamento de muitos húngaros e, conseqüentemente, no fluxo emigratório nestas regiões. Registre-se, no entanto, que os húngaros dali provenientes possuíam passaporte dos seus novos países, fator que dificulta a sua identificação como húngaro, já que muitos entraram no Brasil como austríaco, iugoslavo, romeno e tcheco (BOGLÁR, 2000).

Estabelecido o novo sistema político na Hungria, a Regência (1920 a 1944) muitas vezes equiparou-se à ditadura. Sua política populacional se orientou no sentido de ampliar a população e, conseqüentemente, o número de contribuintes e o efetivo militar. Instituiu-se uma política emigratória afinada a esse objetivo. Ou seja, ela foi conduzida no sentido de reduzir as saídas por meio da retenção dos passaportes e licenças, bem como rigorosa vigilância policial para evitar saídas ilegais. Apesar dessa condução, o número de húngaros que chegaram aos países de imigração era superior ao número de emigrantes da Hungria.⁴

Koza (1957) considera a emigração ilegal superior a emigração oficial e esclarece que as restrições não afetavam todas as classes sociais do mesmo modo, visto que mediante relações pessoais e por meio da corrupção era possível obter uma autorização. Além disso, muitos húngaros constituíam minorias populacionais na Checoslováquia, Romênia e Iugoslávia, países que incentivavam a redução desses grupos húngaros por meio do estímulo à emigração.

Nos anos 1930, quando a depressão econômica se agrava e leis severas são decretadas contra os judeus, amplia-se a demanda pela emigração, ao passo que o número de retornados (húngaros residentes em outros países) se torna maior do que o de emigrantes. Em 1935, o advento do Nazismo e do antisemitismo reforça a pressão para sair do país, mas mediante o estabelecimento de restrições à saída dos judeus se impede sua emigração em massa, até o início de sua deportação, em 1941.

Durante a Segunda Guerra Mundial uma nova modalidade de migrante se coloca em movimento, o migrante forçado “colocado em marcha contra a sua própria vontade” com a aprovação do governo (KOSA, 1957, p. 511). Uma parte desses migrantes forçados pereceu nos campos de concentração, vítima de trabalhos forçados e outras vicissitudes. Outra parte deixou o país para se empregar na produção de guerra alemã e ao final da guerra não retornou⁵ a Hungria, na época ocupada pelo exército russo. Convertido a deslocado de guerra, foi conduzido aos campos de refugiados, onde pessoas de distintas nacionalidades, religiões e classes sociais eram acolhidas.

Por temer por sua segurança, posição e riqueza em razão do avanço do comunismo, a classe média húngara direcionou-se aos países localizados ao Oeste da Hungria (Áustria, Alemanha, Suíça, França e Itália) com o objetivo de emigrar. Em 1950 o sistema comunista restringiu qualquer tipo de emigração, até que as fronteiras se abriram por um curto período de tempo com a Revolução de 1956, possibilitando a saída de expressivo contingente húngaro.⁶

Alicerçado no discurso humanitário e no propalado treinamento técnico e qualificação profissional para o trabalho industrial dos deslocados de guerra, o Brasil foi um dos primeiros signatários do Acordo proposto pela ONU para a sua colocação (ANDRADE, 2005). Medida facultada pelo Decreto Lei nº. 9.534 de 31 de julho de 1946 que sancionou o acordo estabelecido entre o Estado de São Paulo e a União para a introdução de imigrantes europeus a serem dirigidos aos trabalhos agrícolas e industriais.

Os primeiros refugiados⁷ começaram a chegar ao Brasil a partir de maio de 1947 (BASTOS; SALLES, 2014). É justamente nesse contexto, entre 1947 a 1951, que se inscreve o ingresso do segundo maior fluxo imigratório húngaro, ao passo que a última entrada significativa foi registrada por ocasião da Revolução Húngara de 1956, destinada a liberar a Hungria do regime soviético (SZILÁGYI, 2016).

O objetivo deste artigo é traçar as principais características dos húngaros que ingressaram na Hospedaria do Imigrante de São Paulo no pós Segunda Guerra Mundial, mediante a análise de um banco de dados que sistematiza a documentação anteriormente custodiada por essa instituição e atualmente transferida para o Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O contexto emigratório do pós Segunda Guerra Mundial

Embora se estime o deslocamento de 53.536.000 pessoas das suas cidades e países de origem, durante os anos 1939 a 1947, nos campos de refugiados da Alemanha, Áustria e Itália permaneciam cerca de 1 milhão de pessoas deslocadas de guerra e refugiados que resistiam a voltar para as suas regiões de origem após a finalização da Segunda Guerra Mundial (PAIVA, 2008; BRAVO, 2014). Dentre os fatores salientados para a não repatriação, além da perda de conexão com seus países de origem, Andrade (2005, p. 2) e Bravo (2014) salientam a insatisfação com os novos regimes políticos e sociais estabelecidos nesse período. Para repatriar ou reassentar esses deslocados e refugiados em outros países criaram-se organismos internacionais como o Comitê Intergovernamental para os Refugiados, a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR) e a Organização Internacional dos Refugiados (OIR). Antes de sua Constituição entrar em vigor em 1948, a OIR foi precedida de uma Comissão Preparatória (CPOIR), cujos trabalhos se iniciaram no início de 1947. Extinta em 1951⁸, as funções da OIR foram assumidas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)⁹.

Criado com objetivo semelhante destaca-se o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME)¹⁰, cujas atribuições iniciais referiam-se ao transporte, documentação, exames médicos do emigrante, além de assistência técnica para auxiliar os governos na realização de “estudos e projetos de seleção, encaminhamento, colocação e, principalmente, colonização” (SILVA, 1958).

Os deslocados de guerra e os refugiados encontravam-se abrigados nos antigos campos de concentração, fábricas ou construções abandonadas, cujas edificações foram adaptadas para acolhê-los. As agências voluntárias¹¹ e os organismos de apoio objetivavam reabilitá-los, restituir-lhes a cidadania e a dignidade humana, bem como facilitar o seu reassentamento no novo país, para tanto promoveram diversas ações, dentre as quais se destacam o programa de cuidado e manutenção (*care and maintenance program*)¹², o treinamento vocacional¹³ para os homens, aulas de trabalhos manuais para as mulheres, bem como atividades de recreação e entretenimento. Os cursos destinados aos homens permitiriam a atuação como alfaiate, carpinteiro, eletricista, encanador, maquinista, mecânico, perito, sapateiro ou soldador; para as mulheres o espectro de atuação se restringia a costureira, datilógrafa, doméstica, enfermeira e trabalhadora têxtil (BRAVO, 2014).

Ainda em 1946, o Brasil assinou um acordo com o Comitê Intergovernamental para os Refugiados visando acolher 5 mil refugiados e, em maio do ano seguinte, iniciou-se o seu ingresso, renovando-se o acordo para o recebimento de mais 5 mil em 1948. Para tanto, estabeleceu uma Comissão Mista, composta por funcionários internacionais e brasileiros, cuja atuação requeria a mobilização das autoridades federais e estaduais brasileiras, a realização de estudos para a colonização de forma a atingir o objetivo fim: a colocação desses refugiados, que totalizaram 28 mil pessoas com apoio da OIR¹⁴ (SILVA, 1958, p. 147).

O fluxo de 1956, contextualizado na Revolução, contou com o apoio do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), como se observa nos resultados da presente análise. Nessa ocasião, os EUA autorizaram o ingresso de 5 mil húngaros, fundamentado na Lei de Socorro dos Refugiados (1953). Ofereceram asilo para 21.500 deslocados, desses 6.500 receberam visto como refugiado e os restantes 15 mil foram admitidos condicionalmente como visitantes temporários. Ao final admitiram 27 mil pessoas, selecionados na Europa para garantir que não eram espiões ou simpatizantes da ideologia comunista e sim “vítimas inocentes da tirania comunista”. No total, o programa reinstalou 38 mil refugiados de forma permanente nos EUA (MARKOWITZ, 1973)

De acordo com Kosa (1957) a maioria dos refugiados de origem húngara emigrou para a Austrália, Israel, EUA, Canadá, Argentina e Brasil e, em número menor a outros quarenta países em cinco continentes, com o apoio das agências internacionais responsáveis pela assistência financeira e jurídica, possibilitando o seu reassentamento.

Características das fontes analisadas

Desenvolvido entre 2003 e 2008 no âmbito do projeto “Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós Segunda Guerra Mundial 1947-80”, o banco de dados que reúne os documentos analisados no presente artigo foi construído a partir da documentação¹⁵ então custodiada pelo

Memorial do Imigrante/SP, com apoio da FAPESP, numa parceria institucional entre o Memorial e o Núcleo de Estudos de População (NEPO, UNICAMP).

O banco de dados compreende as seguintes séries documentais: Pedidos de mão-de-obra qualificada (PMOQ); Avisos de chegada de imigrantes; Ficha de registros de refugiados e deslocados de guerra; Fichas de registros de imigrantes; *Curriculum Vitae* de imigrantes interessados em emigrar para o Brasil; Fichas de colocação em empresas; Documentos pessoais. Documentos cujos dados foram sistematizados em 45 campos, distribuídos em três tabelas: principal, acompanhante e profissão. Organizadas a partir do imigrante principal, a primeira tabela sistematiza os seus dados, a segunda tabela reúne dados dos acompanhantes e a terceira tabela concentra a experiência profissional do imigrante principal, dados relativos a formação escolar e empresas onde trabalhou, tanto no exterior quanto no Brasil. Para o presente artigo foram trabalhados os seguintes campos desse conjunto: nacionalidade, naturalidade, sexo, idade, estado civil, procedência, destino, posição familiar, profissão, empresa (contratadora), residência e data da chegada.

A abordagem do campo nacionalidade resultou na identificação de 74 diferentes nacionalidades, com precisão do ano de ingresso de 97.058 imigrantes (97,4%), dado que se reduz a 52.393 (52,57%) se não forem considerados os parentes e demais acompanhantes (como agregados, primos de parentes etc.).

Do ponto de vista cronológico este conjunto documental divide-se em duas fases: 1947-1951, de entradas majoritárias de refugiados de guerra, provenientes do Centro e Leste europeu e que entram basicamente apoiados pelos organismos internacionais encarregados do repatriamento e colocação em países europeus e não-europeus, no caso, a Organização Internacional dos Refugiados (OIR) e *Hebrew International Assistance* (HIAS). Dos 18.369 registros relativos a esse período, os poloneses (26%) constituem o maior grupo entre 74 nacionalidades. Ressalta-se que 19% dos registros encontram-se sem identificação da nacionalidade, o que resulta, provavelmente, de erro da digitação, omissão do documento ou ainda trata-se de imigrantes indocumentados, que preferiam que sua origem fosse ignorada. Os apátridas totalizam 11% dos ingressos e constituem o terceiro maior grupo, seguidos pelos ucranianos, com 9%. Com 6% destacam-se os de nacionalidade húngara, iugoslava e russa; com 3% os de nacionalidade letã, italiana e lituana; com 2% temos os de nacionalidade checoslovena e romena; enquanto com 1% os de nacionalidade alemã, holandesa, estoniana e armênia. Com menos de 1% os de nacionalidade búlgara, austríaca, grega, portuguesa, espanhola, japonesa, brasileira, croata, colombiana, albanesa, turca, belga, chinesa, estadunidense, finlandesa, georgiana, libanesa, sueca e suíça.

O Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) apoia a emigração europeia durante o período 1952 a 1970, e possibilita a realização de acordos bilaterais do Brasil com os países emissores. Nesse período,

modifica-se o perfil dos imigrantes, com entradas de diversas nacionalidades, dos quais os italianos correspondem ao maior ingresso (42.956) seguidos dos espanhóis (15.019), japoneses (5.709)¹⁶ e gregos (5.578), cuja característica básica é sua inserção urbana e industrial, sobretudo em São Paulo (SAKURAI; SALLES; PAIVA, 2008).

Resultados e discussão

O banco de dados reúne 1.679 imigrantes húngaros, sendo 1.183 ingressantes no período 1947-1951 e 496 relativos ao período 1952 a 1976. Do total, há registros de 941 homens, 651 mulheres e 87 ocorrências sem identificação do sexo. Nos anos 1948, 1949 e 1957 assinalam-se os maiores ingressos, com a vinda de 304, 848 e 414 húngaros respectivamente, que se dirigiram, sobretudo, para a cidade de São Paulo.

A Organização Internacional de Refugiados (OIR) apoiou 499 húngaros, ao passo que o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) auxiliou 58 e a *Hebrew International Assistance* (HIAS) suportou três (3). Há que se destacar, todavia, como salienta Vero (2003), que parte desse fluxo é realizado por pessoas oriundas dos setores médios, custeando com recursos próprios o seu deslocamento ou demandando o apoio do CIME, visto que esse custeava apenas parte do valor da passagem, rateando o valor integral com o país emissor, o de destino e o próprio emigrante (SILVA, 1958).

O destino inicial de 237 húngaros foi a Grande São Paulo, tendo como principais localidades além da cidade de São Paulo (209), Santo André (9), São Caetano do Sul (5), São Bernardo do Campo (4), Mogi das Cruzes (2), Barueri (2), Carapicuíba (2), Cotia (2), Guarulhos (1) e Itapeverica da Serra (1).

Vero (2003, p. 40) aponta a característica húngara de se agrupar “com conterrâneos, de vivências similares”, bem como a restrição da primeira geração em se relacionar com imigrantes de outras nacionalidades, brasileiros ou judeus. Tiveram seus nomes invertidos¹⁷ pelas autoridades da imigração ou “atualizados” para facilitar a pronúncia. Apesar da confusão inicial, que pode ter perturbado a identidade dessas pessoas, a aproximação aos nomes nacionais tranquilizou-os com relação a uma eventual associação ao judaísmo e uma possível perseguição. Nesse sentido, destaca-se que o campo religião não foi preenchido, o que corrobora a afirmação da autora sobre a negação dessa religiosidade por parte da primeira geração: “Ou essa origem era negada, para ser em algum momento posterior confirmada, ou era desqualificada [...] era um modo de se despir da desconfortável roupagem de perseguidos, adotando fantasiosamente uma ‘nova identidade’ (VERO, 2003, p. 39)”.

Dos 209 húngaros estabelecidos na cidade de São Paulo, 193 eram homens e 16 mulheres, tendo os anos de 1948 e 1949 os maiores ingressos, com 61 e 128 imigrantes respectivamente. Provenientes da Hungria quantificaram-se 134 imigrantes, principalmente, oriundos das cidades de Budapeste (30) e

Debrecen (6). Outros se encontravam nos países vizinhos à Hungria, ao todo, 33 húngaros vieram destes países, que hoje em dia são: Romênia (16), Eslováquia (9), Sérvia (3), Croácia (2), Ucrânia (2), Áustria (1) e República Tcheca (1). Tal como se esperava, parte desses húngaros provinham do exterior, para onde se dirigiram para emigrar ou onde residir e constituir minorias étnicas em territórios anteriormente pertencentes à Hungria. Apenas 365 ingressaram sozinhos, predominando os que vieram acompanhados por uma (164) ou duas pessoas (124), embora um tenha vindo com 8 e outro com 9 acompanhantes.

A sistematização das profissões foi realizada de acordo com a atual Classificação Brasileira de Ocupações (2002). A tabela 1 evidencia o predomínio de pessoas com formação técnica (371), compatíveis aos setores de produção de bens e serviços industriais (199), reparação e manutenção (86) e, de forma explícita, técnicos de nível médio (86). A decomposição desses setores evidencia as habilidades profissionais aprendidas nos campos, tais como mecânico (72), eletricitista (20), carpinteiro (11), encanador (6), soldador (4), sapateiro (2) e alfaiate (2). A análise da profissão dos acompanhantes do sexo feminino revela a existência de doméstica (85), costureira (13), datilógrafa (4) e enfermeira (2).

Uma abordagem qualitativa evidencia entre as 118 empresas relacionadas, o alcance das empresas Matarazzo, maior contratadora nesse conjunto (Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S/A - 9, Fundação André e Virginia Matarazzo - 1, Fazenda Amália Conde Francesco Matarazzo - 1), empresas de alimentação (Anderson Clayton S/A - 5; Frigorífico Armour do Brasil S/A - 3), metalúrgica (Mitec S/A Indústria Brasileira Mecânica e Ferro Maleavel S/A - 3; Metalúrgica Adalberto Hajmasy - 1), construção (Joseph Mihaly - Construtora e Pavimentadora de Estradas e Pontes - 5; Istvan Hegedus Serviços Gerais de Construções - 2), transportes (Real S/A Transportes Aéreos - 2), pesquisa (Instituto de Pesquisa e Planejamento Agrícola e Industrial - 1) ensino (Escola Santa Maria - Irmãos da Santa Cruz - 1), religião (Paróquia de Santo Estevão - 1) e empreendedores étnicos (George Zipser & Dina Ltda - 5; Casa Diamante Bábány & Szabo Joalheria Ltda - 1).

Entre os profissionais das ciências e das artes (31), que congrega os portadores de diploma universitário, localizam-se onze químicos, três engenheiros, e com uma única ocorrência verificam-se médico, arquiteto, estatístico, físico, administrador, agrônomo. Nota-se o baixo índice de trabalhadores rurais, não tendo se constatado nenhum agricultor, apenas um cavaleiro e seis jardineiros.

Tabela 1– Distribuição percentual das ocupações dos imigrantes poloneses no Brasil no período 1947 a 1951 de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (2002)

Classificação Brasileira de Ocupações	TOTAL
dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	5
profissionais das ciências e das artes	31
técnicos de nível médio	86
trabalhadores de serviços administrativos	9
trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	18
trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	7
trabalhadores da produção e bens de serviços industriais	199
trabalhadores de reparação e manutenção	86
Total	441

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Arquivo Público do Estado de São Paulo

No estudo realizado por Vero (2003, p. 46) sobre os húngaros estabelecidos na cidade de São Paulo durante os anos 1948 e 1956, constata a ascendência econômica que os caracterizou e a tendência a se relacionar na própria comunidade:

De profissionais de nível técnico, passaram a executivos, engenheiros e dentistas. Transpuseram, em questão de poucos anos, a barreira da classe média burguesa europeia, alcançando a incipiente classe média alta de São Paulo. Mas não frequentavam a “nata” da sociedade paulista, e sim os redutos da colônia. Eram vários clubes e agremiações nos quais se agrupavam conforme a classe social, religião e interesses pessoais (VERO: 2003, P.46).

Os que ingressaram em 1947 aportaram no Rio de Janeiro e foram acolhidos na Ilha das Flores¹⁸, deslocando-se posteriormente para São Paulo, hospedando-se na Hospedaria do Campo Limpo¹⁹, localizada no Município de Campo Limpo. No ano anterior o Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo já apontara no relatório apresentado ao interventor federal, a necessidade de providências para que o Convênio de Imigração assinado em 1946 pudesse ser atendido. Preocupava-o a ausência de uma edificação para abrigar os imigrantes, denominada Casa do Trabalhador, que substituísse a antiga Hospedaria de Imigrantes, então ocupada pela Escola de Aeronáutica. Além da adaptação do prédio da Santa Casa de Santos, reparo das lanchas e retorno do pessoal marítimo às suas funções, salientou a necessidade de aquisição do material necessário ao alojamento, alimentação e assistência médica aos imigrantes (SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1947).

Para a cidade de São Paulo, a análise do campo residência revela instalação inicial nas regiões Oeste (82), Sudeste (28), Centro-Sul (17) e Norte (14). Estabeleceram-se principalmente na Vila Anastácio (41), Lapa (17), Vila Maria e Vila Zelina com 7 ocorrências, Freguesia do Ó, Ipiranga e Vila Granada com 5 cada, além de 4 repetições relativas à Vila Ipojuca e Vila Leopoldina. Parte desses bairros concentravam húngaros pertencentes a fluxos anteriores, que se fixaram na Vila Anastácio, Lapa e Vila Jaguara, bairros de características populares e próximas aos setor industrial, no sentido Oeste (VERO, 2003, p. 44).

No estudo realizado sobre os deslocados de guerra de nacionalidade polonesa ingressantes no período 1947 a 1951 e estabelecidos na cidade de São Paulo, observa-se também a concentração na região Oeste, localidade do bairro industrial planejado por Henrique Dumont Villares, denominado Centro Industrial do Jaguaré²⁰: “Planejado cuidadosamente, os operários adivinham dos bairros operários da Lapa, Pinheiros e Presidente Altino e a produção era facilmente escoada pelas marginais” (BASTOS; SALLES, 2014, p. 162).

Conclusão

No contexto no qual se inscreve a presente análise, denominar os húngaros imigrantes comporta equívocos. Parte deles recusou-se a retornar à Hungria após a finalização do conflito mundial, outros recorreram ao apoio dos organismos internacionais em virtude de sua oposição ao regime político instituído e se estabelecerem em um país do qual desconheciam o idioma e a cultura. Apesar das roupas inadequadas, portavam esperanças para recomeçar, a alteração de seus nomes permitiu-lhes o anonimato para a superação de um tempo conflituoso.

Com a análise dos dados foi possível verificar certas características dos húngaros ingressantes no Brasil no período pós Segunda Guerra Mundial, de 1947 a 1957. Constatou-se que o maior ingresso ocorreu nos anos de 1949, 1950 e 1957, causado provavelmente pelo aumento da influência soviética na Hungria. A maioria era proveniente de grandes cidades húngaras, Budapeste e Debrecen, embora tenham emigrado de outros países europeus, principalmente de países vizinhos ou de antigos territórios antes pertencentes à Hungria, amparados, sobretudo, pela Organização Internacional de Refugiados.

Muitos destes húngaros vieram para trabalhar como mecânicos e operários, profissões com baixa remuneração, associada aos treinamentos vocacionais recebidos nos campos de refúgio. Escolheram os bairros da Zona Oeste de São Paulo, Vila Anastácio e Lapa como principal destino, provavelmente pela concentração de indústrias e pelos baixos preços dos aluguéis. Outra possibilidade é que tenham procurado bairros onde já se encontravam conterrâneos. A rápida ascensão econômica pontuada por Vero (2003) relativa a um grupo por ela analisado, encontra eco na afirmação de Kosa (1957) de que a maioria dos refugiados era oriunda da classe média o que atesta a sua formação acadêmica e técnica.

Notas

¹ Prerrogativas conferidas a determinados senhores ou instituições (estado ou igreja) facultava-lhes a concentração de 34,5% da área agrícola, em virtude da permanência de certos privilégios feudais na Hungria, ao que se acrescenta a estratégia de manutenção dos baixos salários para garantir preços competitivos para os produtos agrícolas no mercado mundial. Soma-se a esse quadro uma revolução mal sucedida em 1849 e a depressão econômica de 1870. (KOSA, 1957)

² Nesse período, as minorias nacionais residentes na Hungria, tais como eslovacos, croatas, romenos etc., eram portadoras de passaportes húngaros.

³ Na documentação oficial ocorre o registro de iugoslavos, romenos e tchecos, dado coletado por Vero (2003) no Periódico Húngaro da América do Sul *Délamerikai Magyar Hirlap*. O estabelecimento de cotas rígidas de ingresso anual de imigrantes por país adotada pelos Estados Unidos resultou na limitação do número e no favorecimento das classes superiores sobre os pobres, o que em parte explica o incremento de pessoas oriundas da Europa Central e Oriental direcionadas ao Brasil depois da década de 1920. (KOSA, 1957)

⁴ Os anos iniciais desse sistema político coincide com o incremento do volume de ingressantes no Brasil, a ponto de Boglár (2000) a ele se referir como grande imigração.

⁵ A oposição ao retorno também pode ser atribuída às situações econômicas restritivas vivenciadas, bem como à impossibilidade de emigrar. (KOSA, 1957)

⁶ A princípio a União Soviética tentou instituir o seu modelo político de forma branda, tanto que até 1947 se manteve o multipartidarismo, porém, com o acirramento das tensões da Guerra Fria, adotou uma postura mais rígida nos países sob sua influência. O novo regime húngaro evidenciou sua faceta totalitária: censurou a imprensa, converteu os opositores políticos em inimigos da Hungria, prendendo-os ou deportando-os. O regime foi tão severo que o Departamento de Proteção do Estado (AVO), durante os anos de 1945 e 1950, julgou cerca de 60 mil pessoas, prendeu 10 mil e executou 189. Fatores considerados como o estopim da Revolução Húngara de 1956, ocorrida de 23 de outubro a 4 de novembro desse ano. Iniciado como uma manifestação de estudantes no centro de Budapeste, a revolução popular começou a se espalhar por toda a Hungria e algumas reivindicações começaram a ser atendidas. Porém chegou ao fim em 4 de novembro, quando o Exército Vermelho Soviético invadiu Budapeste e derrotou as tropas revolucionárias húngaras. (SZABO, 2006)

⁷ A documentação expedida pelas agências responsáveis pelo destino dessa população como, por exemplo, a Agência das Nações Unidas para Auxílio e Restabelecimento (ANUAR) e a Comissão Preparatória da Organização Internacional para os Refugiados (OIR), adotam a nomenclatura deslocados de guerra e refugiados (BRAVO, 2014).

⁸ As atividades da OIR foram encerrados oficialmente em 31/01/952 (BRAVO, 2014).

⁹ Criado em 15/12/1950 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

¹⁰ Paiva (2008, p. 2) pontua a atuação do CIME, destacando o seu papel no fomento dos movimentos migratórios: nas “migrações de perfil marcadamente *econômico* a fluxos produzidos por conflitos étnicos, políticos e religiosos. Suas atividades objetivavam facilitar na recolocação de famílias e indivíduos que fugiam de perseguições políticas, ideológicas, étnicas e culturais e também a migração de camponeses e trabalhadores urbanos”.

¹¹ Destaca-se a atuação da Cruz Vermelha: “implementou programas de auxílio direto, fornecendo alimentos, roupas, atendimento médico e até mesmo colônia de férias”; também reassentou 15 mil crianças em 1948 segundo Bravo (2014, p. 62).

¹² Composto por abrigo, alimentação, roupas e educação (BRAVO, 2014).

¹³ Trata-se de um programa essencial, visto que a maior parte dos países interessava-se em receber profissionais, cujas habilidades pudessem contribuir para a sociedade de acolhimento.

¹⁴ A OIR também contribui financeiramente com as instalações de recepção (hospedarias) e outras modalidades de apoio aos refugiados e deslocados de guerra (SILVA, 1958).

¹⁵ Em 2010/2011 o acervo documental do Memorial do Imigrante foi transferido para o Arquivo Público do Estado de São Paulo (DAESP).

¹⁶ A imigração japonesa contou com o apoio da *Japanese Migration and Colonization* (JAMIC).

¹⁷ De acordo com Vero (2003, p. 41) na Hungria o sobrenome é colocado antes do nome.

¹⁸ A Hospedaria da Ilha das Flores funcionou durante o período 1883 a 1966. Durante os anos 1947 a 1952 abrigou cerca de 29 mil pessoas, em virtude de um acordo firmado entre o governo brasileiro e a OIR (REZNIK; COSTA; NASCIMENTO, 2015).

¹⁹ A Hospedaria do Campo Limpo funcionou até 1950, em antigos galpões de depósito de café adaptados. (PAIVA, 2008)

²⁰ Dentre as primeiras indústrias destacam-se a S/A Indústrias Reunidas F. Matarazzo; Cia. Antártica Paulista e a Cia. Swift do Brasil (PISANI, 2011).

Referências

- ANDRADE, J. H. F. O Brasil e a Organização Internacional para Refugiados (1946-1952). *Rev. Bras. Polít. Int.* v. 48, n.1, p. 60-96, 2005.
- BASTOS, S.; SALLES, M. R. R. A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos “deslocados de guerra”: 1947 a 1951. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, n. 31, p.151-167, 2014.
- BRAVO, L. M. Z. *O milhão restante, o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2014.
- BASSANEZI, M. S. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. (Coord.). *Emigração e Imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*. 2ª. ed., São Paulo: FNUAP/SP, 1995.
- BOGLÁR, L. *Mundo Húngaro no Brasil*. Do século passado até 1942. São Paulo: Humanitas, 2000.
- KOSA, J. A century of hungarian emigration, 1850-1950. *American Slavic and East European Review*, 16, 1957. 501-514.
- MARKOWITZ, A. A. Humanitarianism versus restrictionism: The United States and the hungarian refugee. *Source: The International Migration Review*, 7, 1973. 46-59.
- PAIVA, O. D. C. Migrações internacionais pós segunda guerra mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. [S.l.]: [s.n.]. 2008.
- PAIVA, O.; SALLES, M.R.R.; SAKURAI, C. *Guia para consulta do Banco de Dados*, Memorial do Imigrante, Apoio FAPESP, 2008.

- PISANI, M. A. J. Indústria e favela no Jaguaré: o palimpsesto das políticas públicas de habitação social. *Vitruvius*, ano 11, abr 2011.
- REZNIK, L.; COSTA, J. C. O.; NASCIMENTO, T. R. Hóspede provisório, cidadão permanente. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 112, jan 2015.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório apresentado ao embaixador José Carlos de Macedo Soares, interventor federal, pelo Dr. Francisco Malta Cardozo, Secretário de Agricultura*. São Paulo, 1947.
- SILVA, C. A. D. S. E. O Brasil e os organismos internacionais para as migrações. *Revista Brasileira de Política Internacional*, p. 144-155, 1958.
- SZABO, L.(org.). *Hungria 1956... e o muro começa a cair*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SZILÁGYI, A. J. A revolução húngara de 1956 e a argumentação anticomunista no discurso público no Brasil no tempo da formação da política externa independente. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 42, jan-abr 2016. 127-141.
- VERO, J. *Alma estrangeira*. Pequenas histórias de húngaros no Brasil. Processos identitários. São Paulo: Ágora, 2003.

RESUMO

A Segunda Guerra Mundial produziu o deslocamento de milhões de europeus de suas regiões de origem. Finda a guerra, parte dos deslocados de guerra e refugiados foram abrigados provisoriamente nos antigos campos de concentração, fábricas ou construções abandonadas, cujas edificações foram adaptadas para acolhê-los. Organismos internacionais assumiram a responsabilidade por alimentá-los, abrigá-los, repatriá-los ou reassentá-los. O objetivo deste artigo é traçar as principais características dos húngaros que ingressaram na Hospedaria do Imigrante de São Paulo no pós Segunda Guerra Mundial, mediante a análise de um banco de dados que sistematiza a documentação anteriormente custodiada por essa instituição e atualmente transferida para o Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Palavras chave: húngaros, refugiados, deslocado de guerra.

ABSTRACT

The World War II has produced the displacement of millions of Europeans from their region of origin. In the end of the war, part of the war evacuees and refugees were sheltered temporarily in old concentration camps, factories or abandoned constructions, which were adapted to receive them. International organizations took over the responsibility to feed, to shelter, to repatriate or to resettle them. The objective from this article is mapping the mainly characteristics of Hungarians who joined the Hospedaria do Imigrante de São Paulo in the post-World War II, by means of the analysis of a database that systemize documentation held by this institution and currently transferred to the Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Keywords: hungarian, refugee, displaced from war.